

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 10 de junho de 2013.

Edição nº 1197

Nesta edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos2

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contratos.....2

Editais.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3

Súmulas de convênios.....6



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de junho de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição n.º 1197

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

PORTARIA Nº 94/13-PF ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O **PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 66 do Código Civil e 1.203 do Código de Processo Civil, resolve aprovar a alteração estatutária procedida no Estatuto da FUNDAÇÃO PRÓ HOSPITAL PRONTO SOCORRO, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, de conformidade com o que consta do Processo PR.00958.09040/2012-2.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 7 de junho de 2013.

ANTONIO CARLOS DE AVELAR BASTOS,
Procurador de Fundações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 3190/2012

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

Determinar, com fulcro no artigo 198, inciso I do artigo 200 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, a instauração de Sindicância para apurar conduta imputada a servidor de provimento efetivo dos Quadros de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do expediente **SPU.PR.01055.00158/2012-1**, em tese, infringência aos deveres previstos nos incisos II, III, VI e XIII do artigo 177, e inciso II do artigo 191, ficando sujeito à incidência das penas do artigo 187, todos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94.

2. Designar os servidores **João Luiz Pinto Costa**, ID 3433226, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas Sociais, como Sindicante, **Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto**, ID 3432157, Assessor Especial I, como Secretário.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 07 de junho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 267/2013

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **GUSTAVO CATTELAN RUFFO** para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quarto (4º) lugar na Lista de Classificação da Região das Missões (Port. 1563/2013).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **LUIZ RICARDO ENGERS** para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quinto (5º) lugar na Lista de Classificação da Região das Missões (Port. 1565/2013).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 1563/2013, que nomeou **GUSTAVO CATTELAN RUFFO**, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", deste órgão (Port. 1564/2013).

CONCEDER

- o abono de permanência, ao servidor **SILVIO AMARAL DE SOUZA**, Adido - Brigada Militar, ID n.º 2270676, a contar de 30 de setembro de 2012, o abono de permanência equivalente ao percentual da contribuição previdenciária recolhida sobre a Função Gratificada (PR.00576.00327/2013-2 - Port. 1552/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de junho de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO N.º 1307-09.00/13-4

CONTRATADA: OI S/A. **OBJETO:** contratação de serviços de comunicação de dados, para interconexão de redes de área local (LAN); **VALOR MENSAL:** R\$ 370.575,62; **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Atividade 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.º 13.191/09 e n.º 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.º 33/08 e n.º 47/05, Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de junho de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



EDITAL N.º 135/2013
REMOÇÃO DE ASSESSOR-BACHAREL EM CIÊNCIAS
JURÍDICAS E SOCIAIS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/ur/remocoes>), a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de junho de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N° 05/2013 - CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil n.º 28/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Simoni Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar possível fracionamento ou loteamento irregular de imóvel sob a matrícula n.º 2.624 de propriedade de Altair Pozzebom, Décio Pozzebom, Teresinha Pozzebom, Lino Pozzebom e Nair Maria Pozzebom, no município de Gramado Xavier, tendo como investigado Altair Pozzebom, Décio Pozzebom, Teresinha Pozzebom, Lino Pozzebom e Nair Maria Pozzebom.

02) Inquérito Civil n.º 19/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Michel Schneider Flach, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar "potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização de fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja e pode haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício poder de polícia administrativo", para fins de investigar os autos de gestão e políticas públicas efetivamente praticadas pela administração municipal e corpo de bombeiros para garantir a segurança das pessoas nestes estabelecimentos e eventos, tendo como investigado o Município de Soledade, neste município.

03) Inquérito Civil n.º 09/2013, instaurado pelo Promotor de

Justiça Plínio Castanho Dutra, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de analisar a existência de Projeto de Prevenção contra Incêndio nas escolas estaduais situadas na Comarca, bem como a eventual existência de problemas estruturais nos prédios, tendo como investigado Estabelecimentos de Ensino (Escolas/Colégios) dos municípios de São Jerônimo, Arroio dos Ratos e Barão do Triunfo.

04) Inquérito Civil n.º 15/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de investigar problema de alagamentos em via pública, Rua Gaspar de Lemos, bairro Vargas, que podem causar risco à saúde pública, tendo como investigado o Município de Sapucaia do Sul.

05) Inquérito Civil n.º 27/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de averiguar danos urbanísticos na Rua D, no bairro Nova Petrópolis em Alvorada/RS, tendo como investigado não definido.

06) Inquérito Civil n.º 54/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, com a finalidade de apurar a ausência de Plano de Prevenção contra Incêndio - PPCI em prédio sede do IPC CONCURSOS, situado na Rua 15 de novembro, n.º 146, Centro, Osório/RS, tendo como investigado Larri Mendes de Souza, neste município.

07) Inquérito Civil n.º 02/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Pedro Rui da Fontoura Porto, da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires, com a finalidade de investigar e apurar a realização de loteamentos clandestinos e/ou irregulares, situados em Linha Bem Feita, zona rural do município de Venâncio Aires/RS, de autoria, em tese, de Vanderlei Alves Ferreira, proprietário do imóvel, e de Pedro Valmir dos Santos Martins, tendo como investigado Vanderlei Alves Ferreira e Pedro Valmir dos Santos Martins.

08) Inquérito Civil n.º 27/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, com a finalidade de defesa comunitária: apurar o descumprimento de exigências de PPCI e correções de instalações de prevenção e proteção contra incêndio pela boate situada na Linha Lenz, interior, em Estrela, tendo como investigado Marcio Nunes e Olivan Luiz Castro.

09) Inquérito Civil n.º 14/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, com a finalidade de investigar irregularidades no abastecimento de água potável no Loteamento Brocker, tendo como investigado Elio Brocker.

10) Inquérito Civil n.º 08/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, com a finalidade de apurar possível irregularidade consistente na ocupação por empresa de materiais de construção em área indicada pela municipalidade como Praça Pedro Júlio Centeno, no quarteirão formado pelas Ruas Max Stenzel, Candoca Ferreira, Plínio Brauner e 25 de Julho, em São Lourenço do Sul, tendo como investigado Município de São Lourenço do Sul.



11) Inquérito Civil n.º 09/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, com a finalidade de apurar possível irregularidade consistente na interrupção do curso da Rua Frederico Gehling, na altura da Rua Augusto Strelow, em São Lourenço do Sul, por imóvel de propriedade privada, tendo como investigado Município de São Lourenço do Sul.

12) Inquérito Civil n.º 10/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, com a finalidade de apurar possível escoamento de águas pluviais ao interior de residências ao longo de diversas vias de São Lourenço do Sul em razão de possível desnível verificado entre as vias públicas e as calçadas, tendo como investigado Município de São Lourenço do Sul.

13) Inquérito Civil n.º 09/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, da Promotoria de Justiça de Giruá, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística, com potencial ofensa a direitos difusos, em razão da promoção de eventos em local desprovido de alvará de prevenção e proteção contra incêndio, tendo como investigado Sociedade Esportiva Recreativa Giruá (ASCOPA).

14) Inquérito Civil n.º 16/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Michael Scheneider Flach, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar "potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização de fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja e possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício de poder da polícia administrativo", para fins de investigar os autos de gestão e políticas efetivamente praticadas pela administração municipal e corpo de bombeiros para garantir tendo como investigado a segurança das pessoas nestes estabelecimentos e eventos, tendo como investigado o Município de Mormaço, neste Município.

15) Inquérito Civil n.º 18/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Michael Scheneider Flach, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar "potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização de fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja e possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício de poder da polícia administrativo", para fins de investigar os autos de gestão e políticas efetivamente praticadas pela administração municipal e corpo de bombeiros para garantir tendo como investigado a segurança das pessoas nestes estabelecimentos e eventos, tendo como investigado o Município de Barros Cassal, neste Município.

16) Inquérito Civil n.º 21/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Michael Scheneider Flach, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar "potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização de fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja e possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício de poder da polícia administrativo", para fins de investigar os autos de gestão e políticas efetivamente praticadas pela administração municipal e corpo de bombeiros para garantir tendo como investigado a seguran-

ça das pessoas nestes estabelecimentos e eventos, tendo como investigado o Município de São José do Herval, neste Município.

17) Inquérito Civil n.º 17/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Michael Scheneider Flach, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar "potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização de fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja e possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício de poder da polícia administrativo", para fins de investigar os autos de gestão e políticas efetivamente praticadas pela administração municipal e corpo de bombeiros para garantir tendo como investigado a segurança das pessoas nestes estabelecimentos e eventos, tendo como investigado o Município de Fontoura Xavier, neste Município.

18) Inquérito Civil n.º 20/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Michael Scheneider Flach, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar "potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização de fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja e possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício de poder da polícia administrativo", para fins de investigar os autos de gestão e políticas efetivamente praticadas pela administração municipal e corpo de bombeiros para garantir tendo como investigado a segurança das pessoas nestes estabelecimentos e eventos, tendo como investigado o Município de Ibirapuitã, neste Município.

19) Inquérito Civil n.º 52/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no parcelamento do solo, no município de Santa Cruz do Sul, de responsabilidade de Edvino Kaiser e Irena Kaiser", tendo como investigado Edvino Kaiser, Irena Kaiser e Marka Corretora de Imóveis LTDA.

20) Inquérito Civil n.º 12/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de investigar a regularidade do imóvel onde funciona associação beneficente situada na Av. Gal. Flores da Cunha, nº 984, segundo piso, neste Município, colocando em risco a saúde e a segurança dos frequentadores, tendo como investigado Edgar Daltoé, Brasileiro, CPF 122.351.130.87, DN 20/02/1945, Proprietário do Imóvel.

21) Inquérito Civil n.º 05/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado o Município de Herval e o Estado do Rio Grande do Sul.

22) Inquérito Civil n.º 42/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de regularização do Programa de Proteção Contra Incêndio - PPCI da Santa Casa de Alegrete, tendo como investigado o Hospital Irmandade



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 10 de junho de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição n.º 1197

de da Santa Casa de Caridade de Alegrete.

23) Inquérito Civil n.º 77/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade investigar Travessão aliança, Santa Justina em Caxias do Sul - Loteamento Irregular ou Clandestino - Regularização Fundiária Proteção ao Direito de Moradia, tendo como investigado Nelson Giazzon e Josemar Antonio Forlin.

24) Inquérito Civil n.º 09/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, com a finalidade de investigar loteamento para realização do projeto Portugal em Cambará do Sul de responsabilidade do investigado Elmo Duarte Fraga, tendo como investigado Elmo Duarte Fraga, Cambará do Sul/RS.

25) Inquérito Civil n.º 37/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade Linha Feijó Ala Direita – Parcelamento irregular do solo, tendo como investigado Ervino Leite do Prado e Jurema Paim do Prado, neste Município.

26) Inquérito Civil n.º 53/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de verificar solicitação dos moradores da parte baixa do Bairro Zatt, neste Município, para a abertura do portão “B”, de acesso ao posto de saúde do Bairro Zatt (parte baixa), tendo como investigado o Município de Bento Gonçalves.

27) Inquérito Civil n.º 02/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Luiza Domingues de Souza Leal, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e no respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado o Município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

28) Inquérito Civil n.º 03/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Luiza Domingues de Souza Leal, da Promotoria Especializada de Justiça de São Jerônimo, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e no respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado o Município de Arroio dos Ratos e Estado do Rio Grande do Sul.

29) Inquérito Civil n.º 04/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Luiza Domingues de Souza Leal, da Promotoria Especializada de Justiça de São Jerônimo, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e no respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado o Município de Barão do Triunfo e Estado do Rio Grande do Sul.

30) Inquérito Civil n.º 09/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem

urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado Município de Tapejara e Estado do Rio Grande do Sul.

31) Inquérito Civil n.º 10/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado Município de Água Santa e Estado do Rio Grande do Sul.

32) Inquérito Civil n.º 11/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado Município de Vila Lângaro e Estado do Rio Grande do Sul.

33) Inquérito Civil n.º 12/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado Município de Charrua e Estado do Rio Grande do Sul.

34) Inquérito Civil n.º 13/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado Município de Santa Cecília do Sul e Estado do Rio Grande do Sul.

35) Inquérito Civil n.º 95/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual desvio de finalidade na aprovação pela Prefeitura Municipal de Sinimbu de projeto arquitetônico apresentado por 'JRDB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.' de construção sobre o passeio público, em desacordo com o artigo 60 do Código de Obras Municipal, tendo como investigados o Município de Sinimbu/RS, o ex-prefeito do Município de Sinimbu/RS, Mário Rabuske, em razão da relação de parentesco com o proprietário da obra, bem como o Engenheiro Civil do Município, Giovane D. Zanetti, pois teria atuado como responsável técnico da obra e também a aprovado, na qualidade de funcionário da Prefeitura Municipal de Sinimbu/RS".

36) Inquérito Civil n.º 56/2013, instaurado pela Promotora de



Justiça Cristiane Della Mèa Corrales, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, com a finalidade de apurar as condições de segurança estruturais do Prédio da Escola Estadual de Ensino Médio Ildefonso Simões Lopes, sito a Rodovia BR-101, km 99, Bairro Centro, Osório, tendo como investigado o Estado do Rio Grande do Sul.

37) Inquérito Civil n.º -/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, com a finalidade de investigar problemas estruturais de conservação e prevenção de incêndio nas escolas estaduais e municipais, tendo como investigado as Escolas Estaduais e Municipais de Tupanciretã e Jari.

38) Inquérito Civil n.º 25/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Mari Oni Santos da Silva, da Promotoria de Justiça de Parobé, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística de eventuais deficiências nas condições de segurança contra incêndios e na fiscalização em geral dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativa, tendo como investigado o Município de Parobé e Estado do Rio Grande do Sul.

39) Inquérito Civil n.º 14/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Carolina Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de investigar a regularidade de Estabelecimento denominado Alexandre Bandeira Vaz – Me, nome fantasia "Liquid Pub", situado na Rua Major Antonio Silveira de Lima, 10, Vila Regina, Município de Cachoeirinha/RS, proporcionando condições risco à saúde e à segurança dos frequentadores, tendo como investigado Alexandre Bandeira Vaz - Me, inscrita no CNPJ 11.508.873/0001-26, localizado Rua Major Antonio Silveira de Lima, 10, Vila Regina, Município de Cachoeirinha/RS.

40) Inquérito Civil n.º 15/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Carolina Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de Investigar a regularidade de estabelecimento denominado Eliana Batista - Me, nome fantasia "Babilônias Night Club", situado na Rua Abraão Lincoln, 36, Vista Alegre, Município de Cachoeirinha/RS, proporcionando condições risco à saúde e à segurança dos frequentadores, tendo como investigado Eliana Batista - Me, inscrita no CNPJ 06.705.437/0001-07, localizado Rua Abraão Lincoln, 36, Vista Alegre, Município de Cachoeirinha/RS.

41) Procedimento Preparatório n.º 17/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiiana, com a finalidade de apurar a responsabilidade pelo imóvel em situação de abandono, situado na Rua Sete de Setembro, 1398, em Uruguaiiana.

42) Inquérito Civil n.º 05/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Andrea Almeida Barros, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de investigação da interdição do Clube Recreativo Comercial/ Tenente Portela, tendo como investigado o Presidente do Clube Recreativo Comercial, Sr. Neivaldo Antoniollo.

43) Inquérito Civil n.º 09/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Claudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Nonoai, com a finalidade de averiguar loteamento irregular, Linha Menezes, Interior do Município de Nonoai-RS, tendo como investigado Claudemir Vicente Cardoso Barichello

e Jose Carlos Pires Moreira.

44) Inquérito Civil n.º 11/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, com a finalidade de averiguar irregularidades em parcelamento do solo para fins urbanos, Linha Cairú, zona rural do Município de Barão, tendo como investigado João Carlos Aflen.

45) Inquérito Civil n.º 12/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, com a finalidade de apurar irregularidades na efetivação de parcelamento de solo para fins urbanos, Linha Francesa Alta, Barão/RS, tendo como investigado José Ademar Guth, Leandro Guth e André Guth.

46) Inquérito Civil n.º 56/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar as péssimas condições do esgoto nas Ruas Dr. Álvaro Costa e Anselmo Dias Lopes, tendo como investigado Companhia Riograndense de Saneamento, neste Município.

47) Procedimento Preparatório n.º 51/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para verificação sobre a regularidade fundiária do imóvel de Maria Celestina Baptista, objeto da Matrícula nº 24.308, inclusive do lote identificado no contrato.

48) Procedimento Preparatório n.º 52/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para verificação sobre a regularidade fundiária do Bairro Radins, nesta Cidade, inclusive do lote 14, quadra 23, setor 08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de Maio de 2013.

JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Termo de Convênio
Processo PR.01075.06689/2010-9

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e a Faculdade Porto-Alegrense - FAPA, mantida pela Sociedade Educacional Sul-Rio-Grandense S/S Ltda., CNPJ nº 92.915.636/0001-81; **OBJETO:** Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 20/05/2013; José Barrôco de Vasconcellos, Procurador-Geral, Darci Sanfelici, Diretor.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de junho de 2013.